

1 **COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CIB)**
2 **SANTA CATARINA**

3 ATA Nº 02/2015

4 Ao vigésimo quinto dia do mês de maio de dois mil e quinze, às treze horas, na
5 sede da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, localizada na
6 Avenida Santos Dumont, 855, Bairro Milanese (ao lado do Fórum de Criciúma), em
7 Criciúma/SC, realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão Intergestores
8 Bipartite da Assistência Social (CIB/SC) com a presença dos seguintes membros:
9 representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e
10 Habitação (SST/SC) – Renata Nunes, Junior Robson da Silva, Daiana Nardino,
11 Fernando Coelho, e representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais
12 de Assistência Social (COEGEMAS/SC) – Ana Cláudia da Silveira Quege –
13 Presidente do COEGEMAS/SC (Três Barras), Valdecir Mengarda (Blumenau),
14 Maurício Leal (Bombinhas), Daniela de Bastos da Silva (Itapema) e João Carlos
15 Martins (Curitibanos). Ainda estavam presentes membros suplentes da CIB/SC,
16 gestores e técnicos municipais, representantes da câmara técnica, secretarias
17 regionais e associações de municípios, cuja lista de presença segue anexa. Renata
18 Nunes iniciou a reunião desejando boas vindas a todos e todas, e justificando a
19 ausência da Secretária de Estado e Coordenadora da CIB/SC, Ângela Albino, que
20 estará em reunião com o governador para tratar sobre o acolhimento e
21 encaminhamento dos imigrantes haitianos e seneganeses que chegaram a Santa
22 Catarina durante a madrugada. Ainda agradeceu a Secretária de Assistência Social
23 de Criciúma pela acolhida do município, a presença da Presidente do CEAS/SC,
24 Vânia Maria, e a Presidente do COEGEMAS/SC, Ana Claudia Quege. Em seguida,
25 a secretária executiva da CIB/SC, Liliane Sena, apresentou a ordem do dia. Na
26 ocasião, Renata Nunes solicitou o remanejamento do assunto “Cofinanciamento
27 Estadual em 2015” para o primeiro item do ponto 5 referente à apreciação,
28 discussão e pactuação de matérias. Ainda solicitou a inclusão do assunto
29 “Apreciação do processo para habilitação em Gestão Básica do SUAS do município
30 de Major Vieira” no ponto 5 da pauta. Na sequência, a presidente do COEGEMAS,
31 Ana Claudia Quege, solicitou a inclusão dos seguintes assuntos no ponto 6
32 referente a discussão de matérias: “Paralisação das construções dos
33 equipamentos sociais CRAS, CREAS e Centro Dia”, “Solicitação de informes sobre
34 as Cisternas”, “Proposta de mudança de local da próxima reunião da CIB”,
35 “CapacitaSUAS”, “Municípios com recursos bloqueados em função das 30h de
36 trabalho dos Assistentes Sociais”, “Formação de Grupo de Estudos sobre
37 Benefícios Eventuais”, “Conferências Regionais dos Direitos da Criança e do
38 Adolescente”, “Solicitação de informes sobre os Serviços Regionalizados” e
39 “Relação de municípios com suspensão de recursos conforme Portaria nº 36/2014
40 do MDS”. Em seguida, a ordem do dia foi aprovada pelo plenário: **1º Apreciação e**
41 **aprovação da ata da reunião anterior:** O plenário considerou lida e aprovada a
42 ata da reunião anterior. **2º Correspondências recebidas e expedidas:** O plenário
43 considerou lida a relação de ofícios recebidos e expedidos pela CIB/SC: Recebidos
44 – Ofício nº 065/2015, enviado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de

45 Florianópolis, justificando ausência na reunião da CIB em 25 de março de 2015;
46 Ofício nº 409/2015, enviado pelo GABS/SST, disponibilizando as técnicas da
47 Câmara Técnica, representantes da SST, para participarem das reuniões ordinárias
48 e extraordinárias da Câmara Técnica da CIB e reuniões plenárias da CIB; Ofício nº
49 025/2015, enviado pelo COEGEMAS, encaminhando indicação dos representantes
50 do COEGEMAS na CIB e Câmara Técnica; Ofício nº 020/2015, enviado pelo
51 COEGEMAS, solicitando inclusão de assuntos em pauta: execução do Plano de
52 Acompanhamento e Apoio técnico aos municípios e efetivação de um técnico na
53 área da assistência social nas SDRs; Ofício nº 029/2015, enviado pelo
54 COEGEMAS, solicitando a inclusão de assuntos em pauta: cofinanciamento
55 estadual 2015 e paralisação das construções dos equipamentos sociais CRAS e
56 CREAS; Ofício nº 001/2015, enviado pela GEPAD/DIAS/ SST, encaminhando o
57 processo de habilitação de troca de gestão inicial para a gestão básica do SUAS de
58 Rodeio para apreciação e pactuação na reunião plenária da CIB/SC; Ofício nº
59 002/2015, enviado pela GEPAD/DIAS/SST, encaminhando o processo de
60 habilitação de troca de gestão inicial para a gestão básica do SUAS de Major Vieira
61 para apreciação e pactuação na reunião plenária da CIB/SC. Expedidos - Ofício nº
62 013/2015, destinado à SST/SC, solicitando confecção de nova Portaria alterando a
63 Portaria nº 016/2015, que designa representantes para comporem a CIB/SC, com
64 mandato vigente até 31/12/2016; Ofício nº 015/2015, destinado ao GABSA/SST,
65 encaminhando edital de convocação e ata da última reunião da CIB/SC; Ofício nº
66 016/2015, destinado ao GE AFC/SST, encaminhando edital de convocação e ata da
67 última reunião da CIB/SC; Ofício nº 017/2015, destinado ao GECON/SST,
68 encaminhando edital de convocação e ata da última reunião da CIB/SC; Ofício nº
69 018/2015, destinado a DIAS/SST, encaminhando edital de convocação e ata da
70 última reunião da CIB/SC; Ofício nº 019/2015, destinado ao COJUR/SST,
71 encaminhando edital de convocação e ata da última reunião da CIB/SC. **3º**
72 **Apreciação do processo para habilitação em Gestão Básica do SUAS do**
73 **município de Rodeio.** O Gerente de Pactuação e Deliberação da DIAS/SST,
74 Ivanor Albert, informou que, a partir do envio do processo constituído pelos
75 documentos comprobatórios do município de Rodeio, à SST, conforme dispõe a
76 NOB/SUAS 2005, realizou a avaliação do cumprimento das responsabilidades e
77 requisitos pertinentes à condição de gestão pleiteada, e que foi constatado a
78 entrega dos documentos comprobatórios, sendo recomendado ao município maior
79 espaço de tempo entre as reuniões do CMDCA, para favorecer a regularidade e
80 facilitar o maior cumprimento das reuniões mensais. Ainda foi recomendada a
81 revisão e atualização das leis de criação dos Conselhos Municipais. Em seguida a
82 matéria foi submetida à apreciação e posicionamento da CIB/SC, sendo a
83 habilitação aprovada pelo plenário. **3º Apreciação do processo para habilitação**
84 **em Gestão Básica do SUAS do município de Major Vieira.** O Gerente de
85 Pactuação e Deliberação da DIAS/SST, Ivanor Albert, informou que o órgão gestor
86 estadual recebeu a documentação referente à mudança de gestão no dia 09 de
87 abril de 2015, e tendo realizado uma primeira análise no dia 05 de maio de 2015,
88 detectou falta de alguns documentos comprobatórios e necessidade de uma maior

89 adequação ao SUAS. O município foi imediatamente contatado e notificado sobre
90 as providências a serem tomadas. Informou ainda que, no dia 18 de maio de 2015,
91 o órgão gestor estadual fez uma segunda análise da documentação fazendo as
92 constatações e recomendações pertinentes, as quais foram transmitidas ao
93 responsável técnico do município e à secretaria municipal de assistência social por
94 telefone, e-mail e ofício. No dia 21 de maio de 2015 o município enviou para o
95 órgão gestor estadual a maior parte da documentação que faltava. Ivanor destacou
96 que o município perderá cofinanciamento federal para o CRAS, como também
97 deverá devolver os recursos recebidos nos últimos três meses caso não estiver
98 habilitado na Gestão Básica até o dia 31 de maio de 2015. Ainda informou que o
99 município se dispõe em 90 dias a regularizar as situações pendentes, entre elas a
100 constituição de equipe de referência no CRAS. Ainda foi recomendada a revisão e
101 atualização das leis de criação dos Conselhos Municipais. Em seguida a matéria foi
102 submetida à apreciação e posicionamento da CIB/SC. Na ocasião, Ana Claudia
103 ressaltou que cabe a gestão municipal garantir o funcionamento de 40 horas
104 semanais do CRAS. Ivanor informou que o psicólogo atende 30 horas semanais e
105 uma assistente social atende 20 horas e outra mais 20 horas. Sendo que o
106 equipamento atende 40 horas semanais. Na ocasião, Ana Claudia solicitou que a
107 SST entre em contato com o município para prestar assessoria técnica e
108 acompanhamento, em função da dificuldade que eles possuem na gestão da
109 assistência social. Ivanor informou que o município conta com equipe nova na
110 assistência social, que vem tentando organizar a política de assistência social de
111 forma mais efetiva desde fevereiro de 2015. Informou ainda que após entrega da
112 documentação pelo município, há um contato freqüente e assessoria técnica para
113 ajudá-los a regularizar a situação. Na ocasião, Daiana Nardino reiterou que se o
114 município não estiver habilitado, este poderá perder recursos do cofinanciamento
115 federal, e que o município já se encontra numa situação de fragilidade, e que a
116 questão financeira poderá impedir a estruturação dos serviços. Após discussão, foi
117 aprovada pelo plenário habilitação em Gestão Básica do SUAS do município de
118 Major Vieira, recomendando que o Estado preste apoio técnico ao município para o
119 aprimoramento da gestão e a organização dos serviços. Ainda estabelecendo que o
120 município terá o prazo de 90 (noventa) dias para a entrega dos documentos
121 comprobatórios pendentes dispostos no Parecer Técnico apresentado. **4º**
122 **Cofinanciamento Estadual em 2015.** Antes de iniciar a discussão sobre o referido
123 assunto, a Secretária de Estado e Coordenadora da CIB, Ângela Albino, por
124 telefone, comunicou ao vivo que o Estado vai disponibilizar, neste ano, o mesmo
125 patamar de recursos financeiros cofinanciados no ano anterior, e que a CIB poderá
126 pactuar os critério de partilha desses recursos. Em seguida, a SST apresentou as
127 propostas de critérios, prazos e procedimentos de repasses de recursos para
128 participação no custeio dos Benefícios Eventuais, cofinanciamentos dos Serviços
129 de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade e Proteção Social
130 Básica, no exercício de 2015. Após discussão das propostas, o plenário pactuou
131 critérios, estratégias e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados
132 no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/SC, a título de participação no

133 custeio dos **Benefícios Eventuais**, aos municípios, no valor de R\$ 1.942.976,00
134 (um milhão, novecentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais) no
135 exercício de 2015. Todos os municípios do Estado de Santa Catarina são elegíveis
136 para o repasse do recurso estadual. A reprogramação anual de saldo de recursos,
137 para o exercício seguinte obedecerá ao ato normativo vigente. Para a partilha dos
138 recursos adotar-se-á os critérios estabelecidos no CEAS/SC por meio da Resolução
139 nº 04, de 14 de abril de 2015. Recomendou-se ao Conselho Estadual de
140 Assistência Social a regulamentação dos Benefícios Eventuais, acerca da
141 concessão e do valor e do estabelecimento de critérios e prazos para sua
142 consecução, conforme estabelece a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS,
143 para vigorar a partir do ano de 2016. Em seguida foram pactuados critérios,
144 estratégias e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo
145 Estadual de Assistência Social – FEAS/SC, para cofinanciamento dos **Serviços de**
146 **Proteção Social Básica**, no valor de R\$ 9.204.000,00 (nove milhões e duzentos e
147 quatro mil reais), no exercício de 2015. São elegíveis para o cofinanciamento, os
148 municípios que possuem Centro de Referência de Assistência Social – CRAS,
149 cadastrados no CadSUAS, até a data limite de 11 de fevereiro de 2015. Na
150 sequência foram pactuados os critérios, estratégias e procedimentos do repasse de
151 recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/SC,
152 para cofinanciamento dos **Serviços de Proteção Social Especial de Média**
153 **Complexidade**, no valor de R\$ 7.565.184,00 (sete milhões, quinhentos e sessenta
154 e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais), no exercício de 2015. São elegíveis para
155 o cofinanciamento os municípios que possuem Centro de Referência Especializado
156 de Assistência Social – CREAS e, os municípios que possuem Centro de
157 Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop,
158 cadastrados no CadSUAS, até a data limite de 11 de fevereiro de 2015. Os
159 recursos destinados aos Centros de Referência Especializados de Assistência
160 Social – CREAS serão partilhados, conforme demonstrado: I – municípios que
161 possuem Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e
162 encontram-se habilitados em Gestão Inicial ou Básica receberão R\$ 76.032,00
163 (setenta e seis mil e trinta e dois reais), no exercício; e II – municípios que possuem
164 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e encontram-se
165 habilitados em Gestão Plena receberão R\$ 114.048,00 (cento e quatorze mil e
166 quarenta e oito reais), no exercício. Os municípios que possuem Centro de
167 Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centros Pop terão
168 um aporte maior de recursos, ou seja, receberão 60% (sessenta por cento) a mais,
169 do valor de cofinanciamento dos Centros de Referência Especializado de
170 Assistência Social – CREAS, para aplicação exclusiva neste equipamento,
171 partilhados conforme demonstrado: I – municípios que possuem Centro de
172 Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop e
173 encontram-se habilitados em Gestão Inicial ou Básica receberão R\$ 38.016,00
174 (trinta e oito mil e dezesseis reais), no exercício; e II – municípios que possuem
175 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro
176 Pop e encontram-se habilitados em Gestão Plena receberão R\$ 57.024,00

177 (cinquenta e sete mil e vinte e quatro reais), no exercício. Após foram pactuados os
178 critérios, estratégias e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados
179 no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/SC, para cofinanciamento dos
180 **Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade**, no exercício de
181 2015, no valor de R\$ 7.215.120,00 (sete milhões duzentos e quinze mil e cento e
182 vinte reais). São elegíveis para o cofinanciamento 147 (cento e quarenta e sete)
183 municípios que ofertam Serviços de Proteção Social Especial de Alta
184 Complexidade, até a data limite de 24 de março de 2015, respeitando porte e nível
185 de gestão. Após publicação das Resoluções no Diário Oficial do Estado - DOE/SC,
186 a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST/SC
187 encaminhará ao CEAS/SC Cronograma de Desembolso de recursos estaduais para
188 cofinanciamentos e relação dos municípios elegíveis com seu respectivo valor.
189 Quanto à utilização dos recursos para os cofinanciamentos dos serviços, os
190 municípios deverão utilizar o recurso estadual para execução dos Serviços dentro
191 das seguintes possibilidades para Custeio e Investimento: I – 30% (trinta por cento)
192 para Custeio e 70% (setenta por cento) para Investimento; II – 70% (setenta por
193 cento) para Custeio e 30% (trinta por cento) para Investimento; III – 50% (cinquenta
194 por cento) para Custeio e 50% (cinquenta por cento) para Investimento; IV – 10%
195 (dez por cento) para Custeio e 90% (noventa por cento) para Investimento; V – 90%
196 (noventa por cento) para Custeio e 10% (dez por cento) para Investimento. Renata
197 Nunes informou que no dia 09 (nove) de junho haverá reunião plenária do
198 CEAS/SC. **5º Paralisação das construções dos equipamentos sociais CRAS,**
199 **CREAS e Centros Dia.** Sobre o assunto, Renata Nunes informou que há uma
200 equipe acompanhando as obras, e que as ações de construções dos equipamentos
201 se concentram na Diretoria de Habitação da Secretaria. Informou que houve
202 problemas com os fiscais da COHAB no ano passado, e, portanto, atrasos na obra.
203 Sendo assim, a SST está repactuando com as SDRs e outros órgãos do Estado o
204 acompanhamento mais permanente das obras. Em seguida comunicou que a SST
205 se compromete até final da semana encaminhar para o COEGEMAS relatório
206 detalhado do acompanhamento das construções de CRAS, CREAS e Centros Dia,
207 bem como o processo de aquisição dos móveis para os equipamentos. **6º**
208 **Execução do Plano de Acompanhamento e Apoio Técnico aos Municípios de**
209 **Santa Catarina.** Renata Nunes informou que o referido plano foi pactuado no
210 segundo semestre do ano passado pela CIB. No entanto, foi percebida a
211 necessidade de revisão do indicador elencado para eleger regiões e municípios
212 prioritários para o acompanhamento e apoio técnico. Informou que a DIAS irá
213 repensar o plano de forma que seja possível de acontecer com a equipe existente,
214 e que há uma proposta de utilizar como indicador os municípios que não
215 conseguiram alcançar as metas do pacto de aprimoramento da gestão. Ressaltou
216 que há municípios e regiões no Estado que possuem índices muito baixos, e que na
217 próxima reunião da CIB, a SST trará os mapas para visualizar as regiões mais
218 críticas em relação ao cumprimento do referido pacto. Renata destacou que há
219 dificuldades em relação ao monitoramento realizado pelo Estado, pois os
220 municípios que são monitorados são indicados pelo MDS. Informou que,

221 principalmente na Proteção Social Básica, o Estado recebe do MDS a
222 responsabilidade de preencher o Módulo de Acompanhamento após realização do
223 monitoramento. Ressaltou que hoje na Proteção Social Básica existe uma demanda
224 do MDS de 70 municípios a serem monitorados, e que se cumprir essa demanda, o
225 Estado não dará conta de fazer o apoio técnico, em virtude do número de
226 servidores. Destacou que o esforço da Secretaria é dar conta do apoio técnico,
227 além do monitoramento. Na ocasião, Ana Claudia informou que há municípios
228 recebendo visitas do Estado sem agendamento, e sobre a situação de municípios
229 que estão com recursos bloqueados por conta das 30 (trinta) horas dos assistentes
230 sociais. **7º Efetivação de técnicos da área de assistência social nas Secretarias**
231 **de Desenvolvimento Regional.** Renata Nunes falou da importância da
232 descentralização das ações com técnicos mais próximos dos municípios, e
233 informou que a questão das Secretarias Regionais está dentro da reforma
234 administrativa. Ainda destacou que as Secretarias Regionais têm sua estrutura
235 administrativa autônoma, e que, portanto o servidor ficaria subordinado ao
236 Secretário Regional. Ainda informou que essa questão depende do governo central.

237 **8º Homologação referente à designação de membro da Câmara Técnica da**
238 **CIB/SC.** A Secretaria Executiva apresentou a proposta de Resolução da CIB que
239 altera Resolução nº 01, de 25 de março de 2015, que dispõe sobre composição da
240 Câmara Técnica Permanente da CIB/SC, designando Bernadete Aparecida Casa
241 Liston, representante de municípios de Grande Porte, indicada pelo
242 COEGEMAS/SC, para compor a suplência da Câmara Técnica Permanente da
243 CIB/SC, em substituição a Belenite Maria Frozza. **9º Mudança de local da**
244 **próxima reunião da CIB/SC.** O plenário acordou que o local da reunião a ser
245 realizada em 22 de junho será em Blumenau, e em 14 de setembro, em São Miguel
246 do Oeste. **10º CapacitaSUAS.** Ana Claudia solicitou que o CapacitaSUAS seja
247 iniciado em setembro de 2015. Na ocasião, Renata Nunes informou que a
248 secretaria retomou o processo do CapacitaSUAS recentemente, e percebeu que
249 tinham alguns equívocos dentro do próprio processo e que poderia inviabilizar a
250 licitação. Informou que foram feitos os reparos, e que já existe um cronograma que
251 vai ser apresentado ao CEAS/SC. No cronograma estão previstos a realização dos
252 cursos em setembro, outubro e novembro de 2015, e março e abril de 2016.
253 Ressaltou que os 5 (cinco) cursos irão ocorrer em pólos simultâneos. **11º I**
254 **Encontro de Conselheiros de Assistência Social.** Renata Nunes informou que a
255 Secretaria de Estado, junto com o Conselho Estadual da Assistência Social,
256 promoverá no dia 2 de junho, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o I
257 Encontro de Conselheiros de Assistência Social. O evento tem como tema as
258 Conferências de Assistência Social 2015 e o Plano Decenal do Sistema Único de
259 Assistência Social (SUAS). Destacou a importância da participação dos
260 conselheiros municipais nesse evento. **12º Proposta de Grupo de Trabalho sobre**
261 **Benefícios Eventuais.** Ana Claudia sugeriu a instituição de um grupo composto
262 por SST, COEGEMAS, FECAM, CEAS, CRP e CRESS para verificar a questão da
263 operacionalização dos Benefícios Eventuais. Na ocasião foi recomendado que o
264 CEAS encaminhe o referido assunto. **13º Realização das Conferências Regionais**

265 **dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Ana Claudia questionou se a SST
266 está ciente da realização das Conferências Regionais, e sobre quem assumirá a
267 responsabilidade de realizá-las, já que os municípios não têm como assumir, e que
268 caberia às Secretarias Regionais. Na ocasião, Renata Nunes lembrou que os
269 Conselhos Estaduais têm sua autonomia, e que o gabinete da Secretaria de Estado
270 pode fazer uma conversa com o Conselho Estadual sobre o assunto. **14° Serviços**
271 **Regionalizados.** Ana Claudia falou sobre uma reflexão da Secretária de Estado em
272 torno da possibilidade de implantar dois CREAS Regionais nas regiões com menor
273 índice IDHm, e que a Câmara Técnica da CIB/SC verifique esse indicador nos
274 estudos. Na ocasião, Renata Nunes informou que a idéia seria a execução direta do
275 serviço pelo Estado, e que haverá um diálogo com o governo central sobre o
276 assunto. **15° Municípios com suspensão de recursos.** Renata Nunes informou
277 que há uma dificuldade de diálogo com o Ministério da Fazenda por conta da não
278 execução financeira de recursos repassados aos municípios. Ressaltou que foi feito
279 o levantamento dos municípios de Santa Catarina que estão com valores altos em
280 conta, e que é necessário fazer uma força tarefa para que os municípios consigam
281 gastar esses recursos. Comunicou que a SST encaminhará ao COEGEMAS a
282 listagem dos municípios e o número de parcelas que foram depositadas. **15°**
283 **Revisão do Regimento Interno da CIB/SC e Resolução que institui o**
284 **funcionamento da Câmara Técnica da CIB.** Ana Claudia sugeriu o
285 encaminhamento à Câmara Técnica da CIB/SC sobre revisão dos referidos
286 documentos após término do estudo sobre regionalização. **16° Regularização do**
287 **repasso de recursos federais.** O plenário discutiu sobre os atrasos nos repasses
288 de recursos federais aos municípios. Na ocasião Renata Nunes falou que o MDS
289 informou que irá regularizar os repasses, e que o Ministério está em diálogo com a
290 Fazenda. **17° Prestação de Contas FEAS/SC.** Renata Nunes informou que 46
291 (quarenta e seis) municípios ainda não entregaram a prestação de contas referente
292 aos recursos repassados pelo Estado aos municípios em 2014, e que a SST
293 entregará a lista de municípios ao COEGEMAS para contribuir na mobilização
294 desses municípios. Durante os **informes**, Vânia Maria, presidente do CEAS,
295 informou que nos dias 8 e 9 de julho estará sendo instalada a primeira mesa de
296 negociação do SUAS e aprovado seu Regimento Interno. Ressaltou sobre a
297 importância da mobilização dos municípios. Informou ainda que nos próximos dias
298 25 e 26, em Curitiba, estará sendo organizado o seminário que tratará sobre a
299 Resolução que define os trabalhadores do SUAS de ensino médio e fundamental.
300 Ana Claudia ainda informou que o COEGEMAS irá convidar a Frente Parlamentar
301 do SUAS para tratar sobre a coleta de assinaturas de 1% para a assistência social.
302 Para finalizar, Renata Nunes agradeceu a presença de todos e todas. Nada mais
303 havendo a tratar, eu Liliâne Sena, secretária executiva da CIB/SC, lavrei a presente
304 ata.